Revista Brasileira de Educação em Geografia
www.revistaedugeo.com.br
ISSN 2236-3904

# EXPANSÃO DOS CURSOS SUPERIORES DE GEOGRAFIA A DISTÂNCIA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: desafios e perspectivas da permanência estudantil[1]

Clevisson José da Silva
clevissonsilva@usp.br

Doutorando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP).

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8680-2917

Ana Luiza Thomaz da Silva
analu.thomaz@gmail.com

Mestra em Geografia Física pela Universidade de São Paulo (USP) .

ORCID: https://orcid.org/0009-0004-0063-3868

Marielle Jacinta Pereira Costa
mariellejpcosta@gmail.com

Doutoranda em Geografia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

ORCID: https://orcid.org/0009-0009-2889-4580

Adriano Bueno da Silva
adrianobueno04@yahoo.com.br

Doutorando em Educação na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0499-3612

Fabiana Maris Versuti
fabiana_versuti@usp.br

Pós-Doutorado em Ensino de Ciências pela Universidade de São Paulo (USP-FFCLRP).

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8974-3537

## RESUMO

No período atual, os cursos de graduação em Geografia na modalidade da educação a distância (EAD) têm apresentado uma expansão, especialmente desde 2016, com aumento significativo no número de cursos autorizados pelo Ministério da Educação (MEC) e por conseguinte do número de matrículas, ultrapassando as matrículas dos cursos presenciais, o que requer pensar nas implicações para a formação acadêmica e docente na área de Geografia. Nesse contexto, este estudo analisa a expansão da oferta de cursos de graduação em Geografia EAD no território brasileiro e investiga os desafios da permanência estudantil. A pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica e documental, com análise de dados do MEC sobre a criação de cursos EAD e a permanência dos estudantes entre 2010 e 2024, bem como pesquisas sobre permanência e assistência estudantil na legislação vigente e no portal de Periódicos na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os resultados indicam que a expansão de vagas nos cursos de modalidade a distância em Geografia ocorreu majoritariamente no setor privado e que os alunos de licenciatura concluintes em EAD superam a quantidade de formados em cursos presenciais em 2023. Os desafios de permanência dos estudantes, que englobam adaptação aos estudos e questões financeiras, requerem políticas institucionais de assistência estudantil direcionadas aos estudantes dessa modalidade de ensino. Apesar das potencialidades do Programa Pé-de-Meia Licenciaturas, os estudantes EAD não são contemplados pelo programa, destacando as dificuldades do ensino a distância.

## PALAVRAS-CHAVE

Graduação a distância; Permanência estudantil; Programa Pé-de-meia; Brasil.

[1] Artigo originalmente apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no Programa de Especialização em Processos Didáticos-Pedagógicos para Cursos na Modalidade a Distância, no âmbito da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP).

## EXPANSION OF DISTANCE LEARNING COURSES IN GEOGRAPHY IN THE BRAZILIAN TERRITORY: challenges and perspectives for student permanence


### ABSTRACT

In the current period, distance learning undergraduate courses in geography have been expanding, especially since 2016, with a significant increase in the number of courses authorized by the Ministry of Education (MEC) and, consequently, in the number of enrollments, surpassing enrollments in face-to-face courses, which requires consideration of the implications for academic and teacher training in the field of geography. In this context, this study analyzes the expansion of distance learning undergraduate courses in geography in brazilian territory and investigates the challenges of student permanence. The research is based on a bibliographic and documentary review, with analysis of MEC data on the creation of distance learning courses and student retention between 2010 and 2024, as well as research on retention and student assistance in current legislation and on the Journal Portal of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). The results indicate that the expansion of places in distance learning courses in Geography occurred mainly in the private sector and that students completing distance learning degrees will exceed the number of graduates from face-to-face courses in 2023. The challenges of student retention, which include adaptation to studies and financial issues, require institutional student assistance policies aimed at students in this type of education. Despite the potential of the Pé-de-Meia Licenciaturas Program, distance learning students are not covered by the program, highlighting the difficulties of distance learning.



### KEYWORDS

Distance education; Student permanence; Pé-de-meia program; Brazil.


## EXPANSIÓN DE LOS CURSOS DE LICENCIATURA EN GEOGRAFÍA A DISTANCIA EN EL TERRITORIO BRASILEÑO: desafíos y perspectivas para la permanencia estudantil


### RESUMEN

En el período actual, los cursos de licenciatura en geografía en modalidad de educación a distancia han experimentado una expansión, especialmente a partir de 2016, con un aumento significativo en el número de cursos autorizados por el Ministerio de Educación (MEC) y, en consecuencia, en el número de matrículas, superando a las de los cursos presenciales, lo que exige considerar las implicaciones para la formación académica y docente en el campo de la geografía. En este contexto, el presente estudio analiza la expansión de los cursos de licenciatura en geografía a distancia en el territorio brasileño e investiga los desafíos de la permanencia estudiantil. La investigación se basa en una revisión bibliográfica y documental, con análisis de datos del MEC sobre la creación de cursos a distancia y la retención estudiantil entre 2010 y 2024, así como en estudios sobre permanencia y asistencia estudiantil en la legislación vigente y en el Portal de Periódicos de la Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Los resultados

indican que la expansión de las vacantes en los cursos de geografía a distancia ocurrió principalmente en el sector privado y que los egresados de esta modalidad superaron a los de los cursos presenciales en 2023. Los desafíos de la permanencia estudiantil, que incluyen la adaptación a los estudios y cuestiones financieras, requieren políticas institucionales de asistencia estudiantil orientadas a este tipo de formación. A pesar del potencial del Programa Pé-de-Meia Licenciaturas, los estudiantes de educación a distancia no están contemplados por el programa, lo que evidencia las dificultades propias de esta modalidad.

PALABRAS CLAVE

Educación a distancia; Permanencia estudiantil; Programa Pé-de-Meia; Brasil.

## Introdução

A educação a distância no Brasil é difundida desde a década de 1930 por meio do rádio. A partir da evolução das tecnologias, surgiram novas práticas pedagógicas com o suporte dos computadores (Revista FAPESP, 2002). Em 1998, foram regulamentados pelo Ministério da Educação (MEC) os cursos de graduação a distância e suas regras específicas para a validação dos diplomas (Brasil, 1998). Ao passo que, recentemente, a pandemia de COVID-19 retomou parte das discussões sobre o tema devido a necessidade de aulas no ambiente virtual (Pierro, 2020).

Com relação aos cursos de Licenciatura em Geografia, o primeiro na modalidade de Educação a Distância (EAD) foi regulamentado em 2004. Vinte anos depois, são mais de 140 cursos ofertados entre licenciatura e bacharelado EAD. Os cursos apresentam uma distribuição desigual entre a iniciativa privada e pública e os dados representam uma expansão importante da oferta do ensino superior em Geografia EAD. Dessa forma, requer-se entender se a expansão identificada de cursos de graduação em Geografia EAD tem sido acompanhada por políticas eficientes de permanência estudantil.

Nesse sentido, segundo Moore (2002) a educação a distância compreende o conceito denominado "teoria da distância transacional" que altera os padrões de comportamento entre alunos(as) e professores(as) devido à distância física. A teoria revela que há um espaço psicológico e comunicacional entre os agentes do curso EAD, de modo que, a aprendizagem e o ensino são afetados por essa distância. A autonomia do aluno também é ressaltada nessa teoria, tendo em vista que no EAD há uma flexibilização de horários. O autor indica que a estruturação do programa do curso, o diálogo nas aulas e a presença de instrutores podem reduzir essa distância transacional entre professores e alunos, auxiliando na aprendizagem.

A permanência estudantil, de modo geral e não apenas na EAD, é definida por Tinto (1975) como o processo através do qual o estudante continua e conclui os estudos em uma instituição de ensino superior, destacando que permanecer não é apenas "não evadir", mas estar acadêmica e socialmente integrado à vida universitária. Para o autor,

> A persistência ou a tendência de abandono de um estudante é fortemente influenciada pelo grau de integração acadêmica e social que ele atinge no ambiente universitário, o que, por sua vez, afeta seus compromissos com os objetivos educacionais e com a própria instituição. (Tinto, 1975, p. 96)

Assim, pensando especificamente no âmbito da EAD, a permanência do aluno é objetivamente afetada pela distância transacional e pela possibilidade de acessar as aulas. No entanto, os incentivos públicos para a permanência desses alunos da modalidade EAD são escassos e não contínuos, de modo que não há uma política federal bem definida para o suporte ao ensino nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas no país. Tais fatos requerem ampla discussão no sentido de pensar uma educação superior mais efetiva e menos desigual.

Ademais, a graduação em Geografia é especialmente afetada pela distância transacional, pois possui atividades essencialmente presenciais para a formação, como os trabalhos de campo (Sansolo, 2000), que expõe os alunos a situações diversas, como: organização de trabalho externo, realização de relatório, vivência e experimentação do local. Pontos esses que também estão presentes no ensino da Educação Básica, como destacado por Lemos (2021) ao reforçar no trecho abaixo que a metodologia do trabalho de campo é fundamental tanto para a formação do profissional da área quanto para a formação de futuros professores(as): "trabalho de campo na geografia escolar é o papel fundamental da geografia como ciência e como disciplina escolar e, sobre isso, tem havido intenso esforço no sentido de validar os fundamentos da ciência geográfica" (Lemos, 2021, p.13).

A experiência de vivenciar o local e aprender a partir dele, pode ser realizada em excursões geográficas ou trabalhos de campo, como processo de ensino aprendizagem e por ser o "meio pelo qual construiu-se a base do conhecimento geográfico" (Sansolo, 2000, p. 135). Tais experiências não são previstas ou possíveis de serem realizadas no EAD.

Assim, este estudo analisa a expansão da oferta de cursos de graduação em Geografia na modalidade EAD no território brasileiro e investiga os desafios da permanência estudantil. Busca-se demonstrar a disseminação de cursos remotos para

compreender como ocorreu essa expansão e quais as práticas de incentivo para manutenção dos alunos nos cursos, de modo a evitar a evasão na graduação.

Logo, o questionamento central é: de que maneira a expansão dos cursos de Geografia na modalidade EAD impactou a permanência estudantil no Brasil? Nesse sentido, refletir como os desafios da permanência se relacionam com a qualidade da formação acadêmica e a equidade no acesso à educação superior também se mostra relevante na direção de políticas públicas e iniciativas institucionais para a permanência estudantil, principalmente em cursos de licenciatura.

## Materiais e métodos

A presente pesquisa tem caráter exploratório com modelo conceitual e operativo que visa a descoberta de intuições sobre o tema. Os procedimentos técnicos utilizados são pesquisa bibliográfica e pesquisa documental (Gil, 2002), com análise de dados do MEC sobre a criação de cursos EAD desde 2004 e a permanência dos estudantes entre 2010 e 2024.

A pesquisa bibliográfica desenvolvida a respeito de material publicado sobre cursos remotos de graduação em geografia foi realizada nas plataformas Google Acadêmico, *Web of Science* e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Partindo de uma pré-seleção de artigos publicados no período de 2019 a 2024 sobre os temas delimitados (compreendendo cinco anos de publicações), utilizamos o filtro de três palavras-chave (geografia, EAD e graduação). Em seguida, após constatação de uma necessidade de refinamento nas buscas, optamos por cruzar estas três palavras-chave iniciais com outras três (expansão, permanência e evasão), uma por vez. Realizou-se uma segunda seleção, com base na leitura dos artigos, que limitou a amostra a quatro publicações (Haas, Neves e Stander, 2019; Branco, Conte e Habowski, 2020; Lima Neto e Silva, 2023; Girotto, 2024). Foram descartados, além dos artigos realizados fora do recorte temporal (2019 a 2024), artigos com recorte exclusivamente regional (sem análise nacional relevante, nem mesmo como preâmbulo) e artigos dedicados a analisar apenas um tipo de instituição (pública ou privada).

A pesquisa bibliográfica sobre as práticas de incentivo para manutenção dos alunos nos cursos foi realizada nos sites governamentais do Ministério da Educação (MEC) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em documentos oficiais do MEC e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP),

visando o levantamento de dados e políticas públicas que abordem o objetivo do trabalho.

A pesquisa documental (Gil, 2002) foi realizada por meio de dados sem tratamento analítico, podendo estes serem elaborados conforme o objetivo do trabalho de compreender como ocorreu essa expansão dos cursos no Brasil. A base de dados do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Ensino Superior e-MEC (Brasil, 2024) forneceu números consolidados para o ano de 2024 sobre os cursos com a utilização dos filtros: "Cursos de Graduação em Geografia", "Modalidade a distância", "Situação em atividade". Os dados indicam um total de 156 cursos de graduação em geografia EAD, englobando as instituições públicas e privadas.

Os artigos que analisam a expansão da EAD selecionados possuem um recorte específico, abrangendo a expansão da EAD em cursos de Geografia (Lima Neto e Silva, 2023; Girotto, 2024), com destaque para cursos de licenciatura. Estes artigos categorizam a expansão da EAD por tipo de instituição (pública ou privada) em suas análises, feitas a partir dos dados do Censo da Educação Superior no Brasil, coletados no período de 2011 a 2022.

A análise dos conteúdos obtidos por meio da pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de fichamentos, sendo estes incorporados à fundamentação teórica do artigo, o que fortaleceu a justificativa e relevância do estudo. A análise da pesquisa documental foi organizada em formato de tabela no programa *Excel Microsoft 365* (versão estudante) para a criação do Gráfico 1 sobre a criação de cursos de graduação em Geografia EAD, o que possibilita a visualização do avanço do ensino superior EAD. Os dados da quantidade de alunos que concluíram o curso de licenciatura nas modalidades presencial ou a distância de 2013 a 2023 resultaram na criação do Gráfico 2.

Na análise dos dados sobre permanência na EAD, foi considerada a distinção entre cursos de licenciatura e bacharelado, visto que a formação docente pode apresentar desafios específicos, como a necessidade de atividades práticas e modernas supervisionadas. Esses fatores podem influenciar a decisão dos estudantes de permanecer ou abandonar o curso, especialmente em contextos em que o suporte pedagógico é limitado. O programa Pé-de-Meia Licenciaturas que visa a formação de professores para o ensino público foi analisado e o Quadro 1 sintetiza os desafios encontrados pelos alunos.

Embora a análise documental dos dados sobre permanência na EAD feita neste artigo se dedique aos cursos de Geografia, é importante ressaltar que as referências bibliográficas utilizadas como suporte analisam a permanência na EAD de modo geral.

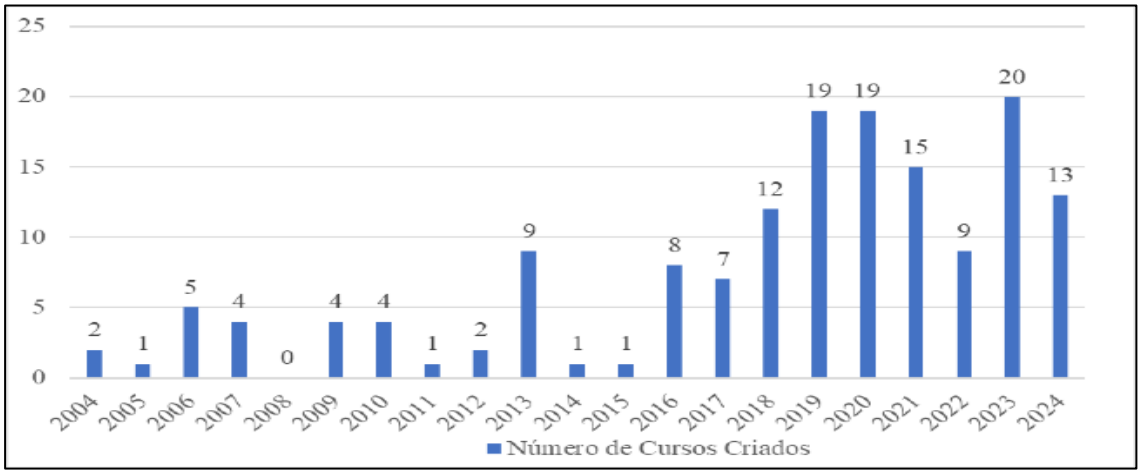
No levantamento não foram encontrados artigos que investigam e discutem a permanência específica nos cursos de EAD em Geografia. Desta forma, o esforço desse texto passa a ser uma contribuição para o preenchimento desta lacuna.

## A expansão do ensino superior em Geografia a distância no Brasil

O ensino superior em Geografia no Brasil, na modalidade presencial, remonta a década de 1930 com a abertura do primeiro curso de graduação em Geografia e História na Universidade de São Paulo (USP). Os cursos na modalidade a distância são autorizados somente a partir de 2004, quando as condições técnicas permitem o seu funcionamento. O primeiro curso de Geografia EAD foi criado em 17 de março de 2004, na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e o segundo em 8 de setembro do mesmo ano, no Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI).

Atualmente, conforme os dados consolidados para o ano de 2024, os cursos de graduação em geografia EAD reconhecidos pelo MEC representam um total de 156 cursos. Destes, 143 são licenciaturas e 13 são bacharelados. Somente em 2024, desse total, 129 foram ofertados por instituições privadas e apenas 27 por instituições públicas. A autorização desses cursos pelo MEC também é bem recente, pois 22 deles foram autorizados entre os anos de 2004 e 2010, 14 entre 2011 e 2015, 64 entre 2016 e 2020, e 56 entre 2021 e 2024, conforme detalha o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Brasil: criação de cursos de graduação em Geografia EAD




Fonte: Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Ensino Superior e-MEC.
Org.: Elaboração própria, 2025.

Conforme se verifica, entre os anos de 2004 e 2015 a expansão dos cursos de graduação em Geografia a distância no país acontece timidamente, com poucos cursos sendo autorizados. A partir de 2016, se apresenta um crescimento significativo no número de cursos abertos a cada ano. Destaca-se o ano de 2023 com a autorização de criação de 20 cursos EAD, apresentando um crescimento expressivo no EAD, estimulando a discussão sobre suas implicações para a formação acadêmica e docente na área de Geografia.

Nesse sentido, é possível verificar as articulações da expansão do ensino superior em Geografia a distância no território brasileiro com a maior difusão das inovações a partir das modernizações que ganham capilaridade no país (Santos; Silveira, 2000). Com a difusão da *internet*, essencial para o funcionamento dos cursos de educação a distância, mas também com a ampliação do meio-técnico-científico-informacional, houve aumento da demanda por formação em nível superior, ainda que as redes de informação e comunicação se difundam da região concentrada (Santos; Silveira, 2001).

Importante destacar que por se tratar de cursos a distância, cada curso tem autorização de funcionamento em vários municípios, ampliando-os. De forma que não há a necessidade de um campus em cada um dos municípios, e sim, apenas de um polo de apoio aos estudantes. Os polos de apoio geralmente funcionam nas dependências de outras instituições, como em escolas de educação básica.

Relacionado com a expansão que se acentua a partir de 2016, Haas, Neves e Stander (2019, p. 221) pontuam:

> Em 2017, o Governo Federal ampliou o incentivo à expansão da Educação a Distância, por meio do Decreto Federal n° 9.057/2017, Portaria Normativa MEC n° 11/2017 e do Decreto no. 9.235, cuja ação regulatória autorizou que novos polos fossem abertos sem a exigência de credenciamento prévio pelo Ministério da Educação. Permitiu-se a abertura de 50 polos para a as instituições com nota 3, um total de 150 polos por ano para a instituição com nota 4 e 250 polos anuais para instituições com nota 5. Estabeleceu-se, ainda, a possibilidade de funcionamento de instituições totalmente EaD. Neste quadro legal, a tendência levou a um aumento exponencial no número de polos, devido ao que foi chamado de desburocratização no procedimento para o credenciamento.

A expansão dos cursos EAD no território não extingue a importância da materialidade. Pelo contrário, sua centralidade é reforçada a partir da necessidade de equipamentos tecnológicos que permitem a preparação dos materiais didáticos a serem disponibilizados nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Ao mesmo tempo, a própria expansão dos cursos se fundamenta na difusão dos sistemas técnicos no território brasileiro, com a ampliação de acesso à internet e aos computadores, por exemplo.

É notável o desequilíbrio que os números apresentam quando comparado o número de cursos ofertados por instituições públicas (27) com o número ofertado por instituições privadas (129). Para Lima Neto e Silva (2023, p. 2), as reformas educacionais desenvolvidas nos anos 1990 mudaram significativamente o ensino superior brasileiro, promovendo abertura e flexibilização. Estas reformas foram impulsionadas por organismos e instituições multilaterais internacionais, visando a "redução de custos e gastos no setor público, abertura e flexibilização para a iniciativa privada, competitividade econômica e formação de recursos humanos produtivos para o mercado". Estas alterações nos dispositivos legais, normativos e programas resultaram no crescimento expressivo do setor privado.

A análise dos dados permite ainda perceber como a expansão dos cursos de graduação em Geografia EAD acompanha a difusão das modernizações ao longo do território brasileiro. A maior concentração de instituições ofertantes dos cursos está nas frações mais bem assistidas tecnicamente no país, com ênfase para a região Sudeste e Sul, onde se localizam as instituições de maior destaque, inseridas inclusive em um forte processo de internacionalização, conforme discutem Lima e Contel (2011). Já Girotto (2024, p. 17) constata que a concentração de instituições ofertantes é resultado específico da expansão da iniciativa privada e afirma que a lógica que explica a espacialização da EAD privada no Brasil "é pautada menos no direito e na busca pela equidade de acesso e oportunidades e mais na lógica mercantil que rege os interesses dos grupos e conglomerados que tem dominado este setor no país". Nos cursos públicos, o que se observa é um padrão mais equânime de distribuição espacial.

## Desafios para as políticas de permanência no contexto da educação superior à distância no Brasil

A oferta de ensino superior no Brasil é realizada por instituições públicas e privadas que possuem *status* de universidades, institutos federais, centros universitários e faculdades, que oferecem diferentes cursos em nível de graduação, pós-graduação e formação técnica, profissional e tecnológica.

Conforme o Censo da Educação Superior (MEC, 2023), um total de 8,4 milhões de estudantes brasileiros estão matriculados em instituições de ensino superior, destes apenas 24,6% deles estão em instituições públicas. Do total absoluto, 4,9 milhões de estudantes estão matriculados em cursos de educação a distância, o que representa uma proporção de 49% das matrículas.

Para o INEP, as projeções apontam que houve um crescimento vertiginoso nos cursos ofertados a distância, 15% de crescimento entre 2022 e 2023 somados aos 232% de crescimento entre 2018 e 2023. Contudo, houve queda no número de ingressantes, pois pela primeira vez nos últimos cinco anos do Censo o ingresso ficou abaixo de 10%, ou seja, foram apenas 6% de ingressantes em cursos EAD.

Apesar dessa queda, de acordo com o INEP, os alunos matriculados em cursos de graduação EAD devem superar os matriculados em cursos presenciais nos próximos anos, dada a pouca diferença de matrícula entre as duas modalidades (150.220 matrículas). A distribuição geográfica também é um dado importante, visto que, um total de 3.392 municípios dos 5.570 municípios brasileiros possuem instituições que oferecem cursos na modalidade EAD, conforme dados do Censo do Ensino Superior (MEC, 2023).

Para este trabalho, é fundamental analisarmos as políticas estabelecidas pelo MEC voltadas para a permanência dos estudantes de graduação, especialmente aquelas constantes em documentos oficiais. Os dados do Censo de 2023 revelam um cenário preocupante: apenas 23,3% das 14.192.513 novas vagas ofertadas em instituições privadas com fins lucrativos foram ocupadas. Esse dado expõe uma contradição significativa no setor privado, que, apesar de ser o maior ofertante de vagas EAD no ensino superior, enfrenta um alto índice de ociosidade nas matrículas.

Essa realidade sugere a necessidade de uma análise das condições de acesso, permanência e atratividade dessas instituições e cursos, indicando possíveis limitações econômicas, pedagógicas ou estruturais que dificultam a efetiva ocupação das vagas ofertadas. Para elucidar esse contexto, foi realizada uma análise comparativa dos desafios enfrentados em cursos de licenciatura a distância. Para tanto, foi empreendida uma análise documental no portal de periódicos da CAPES. A busca visou estudos que indiquem os principais fatores de adversidades que ocasionam a evasão estudantil no EAD.

Os estudos destacam que a evasão nos cursos de licenciatura EAD é influenciada por uma combinação de fatores endógenos (como falta de tempo, recursos financeiros e desinteresse) e exógenos (como falta de suporte adequado e interação insuficiente), como demonstrado por Santos e Nascimento (2021).

Para reduzir a evasão e promover a permanência, é essencial que as instituições de ensino implementem políticas específicas, como: auxílios financeiros, orientação com tutores, acompanhamento do aluno e melhoria da infraestrutura dos polos. Diminuindo assim a distância transacional entre alunos e professores e a evasão. Essas ações também contribuem para a ocupação das vagas ociosas, tornando-os mais atrativos.

A adaptação da matriz curricular e extensão das políticas de assistência de permanência estudantil como aquelas já implantadas para cursos de graduação com ensino majoritariamente presencial são pontos para atuação nos estudos analisados. Contudo, verificou-se que as principais políticas em funcionamento de assistência estudantil em âmbito federal para promover a permanência de estudantes de graduação no ensino superior – Política Educacional de Assistência Estudantil (PNAES) e Programa Bolsa Permanência (PBP) – são destinadas especialmente para estudantes de cursos presenciais.

A PNAES foi instituída pelo Decreto nº 7.234/2010, para democratizar o acesso e consequentemente garantir a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos presenciais e nas instituições federais de ensino. Houve a atualização da política no ano de 2024, por meio da Lei nº 14.914. Nesta atualização, as ações de assistência estudantil foram estendidas para estudantes de pós-graduação e da educação técnica/tecnológica de nível médio, a depender da disponibilidade orçamentária. No escopo da lei, fica claro que se direciona para alunos de graduação em cursos presenciais e em instituições federais que compõem a rede federal de ensino:

> A PNAES será implementada de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições federais de ensino superior e das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, com vistas ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais de graduação e em cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio. (Brasil, 2024, p. 1)

A PNAES abrange ações como: Programa de Assistência Estudantil (PAE); Programa de Bolsa Permanência (PBP); Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (Pases); Programa Estudantil de Moradia (PEM); Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (Pate); Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (Incluir); Programa de Permanência Parental na Educação (Propepe); Programa de Acolhimento nas Bibliotecas (PAB); Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS); Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes); Benefício Permanência na Educação Superior; oferta de serviços pelas próprias instituições federais de ensino superior e pelas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e outras ações tornadas públicas por meio de ato normativo do MEC, mas ainda destinadas às instituições federais e em cursos de modalidade presencial (Brasil, 2024), apesar do posicionamento de estudantes e da Associação Brasileira de Educação a

Distância (ABED) pela inclusão dos estudantes de cursos em modalidades a distância na PNAES.

Verificou-se que no âmbito da educação federal algumas instituições possuem políticas internas de permanência que fornecem pequenos auxílios estudantis para transporte, alimentação e material didático para estudantes da educação a distância, como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais realizou no Edital nº 11/2013, mas não se localiza outros programas de permanência com vigência entre 2018 e 2023.

O Programa Bolsa Permanência (PBP), criado pela Portaria MEC nº 389/2013 e atualizado pela Portaria MEC nº 1.999/2023, busca reduzir as desigualdades sociais e étnico-raciais, promovendo a permanência e diplomação de estudantes indígenas, quilombolas e aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior. De acordo com o MEC foram distribuídas cerca de 6 mil novas vagas no PBP, universalizando o benefício para estudantes indígenas e quilombolas. Atualmente, o programa atende cerca de 17,4 mil estudantes, sendo 9 mil indígenas e 8,4 mil quilombolas.

A atualização do PBP ocorrida em 2023 por meio de portaria do MEC foi realizada para a integração do programa à Pnaes e ajuste às novas diretrizes da Lei de Cotas (Lei nº 14.723/2023), que aprimorou a legislação anterior ao reduzir o limite de renda familiar per capita para um salário mínimo, mas ainda assim não estendeu a estudantes de educação a distância e nem em instituições privadas, mesmo que estejam matriculados na modalidade EAD e atendam a renda e condições especificadas pelos programa, como estudantes de baixa renda ou indígenas e quilombolas.

Outro fator que afeta diretamente estudantes de cursos na modalidade a distância é a necessidade de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) para realização das atividades e acesso à *internet*, mas não há em vigor atualmente programas para atender tais necessidades, nem fornecendo esses materiais nem auxílios para compra de materiais para estudantes matriculados em cursos de graduação EAD. A Pnad-C de 2018, realizada pelo IPEA, mostrou que cerca de 17,0% (34,5 a 35,7 milhões) da população não tinha acesso à *internet* em banda larga ou 3G/4G em seus próprios domicílios (Brasil, 2022, p. 158). Destes, cerca de 2% estavam cursando alguma Graduação (entre 150 e 190 mil estudantes).

Constatou-se que em função da crise sanitária ocorrida durante a pandemia da Covid-19, em que muitos cursos de graduação presenciais tiveram suas atividades realizadas a distância ou por meio do denominado Ensino Remoto Emergencial (ERE), foi

criado o Projeto "Alunos Conectados" pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC em maio de 2020. Durante a vigência do projeto houve fornecimento e monitoramento de pacote de dados em Serviço Móvel Pessoal para alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica, para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas. O projeto encerrou-se em junho por meio do Ofício Circular nº 68/2022/GAB/SETEC/SETEC-MEC, e mesmo durante sua vigência - somente entre 2020 e 2022 - atendia apenas estudantes de instituições da rede federal de ensino.

Os estudantes de cursos de graduação que estão matriculados em cursos EAD – sobretudo os estudantes de regiões afastadas dos grandes centros urbanos e/ou de baixa renda – ainda necessitam dos auxílios do Projeto Alunos Conectados. O fato de os efeitos da pandemia ainda persistirem tanto na educação básica quanto no ensino superior, é um agravante. Ainda assim, não foi encontrado nenhum projeto dessa natureza em vigência.

As políticas para atendimento específico de alunos na modalidade a distância se direcionam principalmente ao ingresso pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) ou ao financiamento estudantil dos cursos pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Não existem políticas propriamente direcionadas para a permanência estudantil por meio de auxílios ou de incentivos para a continuidade, sobretudo dos estudantes mais vulneráveis socioeconomicamente.

São muitas as abordagens de explicação sobre as causas da evasão no ensino superior a distância. De um ponto de vista psicológico, argumenta-se que a falta de informações sobre o curso e a carreira escolhidos é um determinante. Já do ponto de vista sociológico, argumenta-se que para a permanência é necessário que o estudante perceba os benefícios sociais e econômicos a serem proporcionados pelo curso escolhido, além de se sentir incluído junto à instituição acadêmica.

Há ainda uma perspectiva psicossocial, que enfatiza a aprovação familiar e de amigos, além da qualidade oferecida pela instituição. Por fim, de um ponto de vista socioeconômico e cultural, o desempenho acadêmico é apontado como algo que afeta o estudante, em especial os rendimentos nos primeiros períodos do curso; além das dificuldades de acesso e familiaridade com as ferramentas virtuais de ensino. Branco, Conte e Habowski (2020, p.137) argumentam ainda que são fatores disparadores de evasão:

> A falta de interação humana com as tecnologias digitais e com os sujeitos participantes, envolvendo um problema social que abarca o aspecto pedagógico, bem como a falta de apoio, acolhimento e incentivo por parte das instituições de ensino.

No período analisado por essa pesquisa, houve um descompasso entre o aumento dos cursos e vagas ofertados, ainda entre a ampliação dos polos EAD pelas cidades brasileiras e o não acompanhamento por políticas de permanência estudantil, principalmente para os estudantes da modalidade a distância, considerando as demandas particulares e os problemas a serem enfrentados como, por exemplo: a evasão elevada, dificuldades socioeconômicas e distância transacional somados à falta ou precariedade de infraestrutura tecnológica, ou acesso às TDICs para continuidade nos estudos, além de evidentemente as políticas de assistência estudantil para permanência que não abarcam alunos EAD.

O Quadro 1 abaixo apresenta uma síntese desses desafios enfrentados pelos alunos na modalidade EAD, conforme as análises de Filho e Silva (2014) e Santos e Nascimento (2021).

Quadro 1 - Síntese dos desafios enfrentados por estudantes de licenciatura EAD em instituições de ensino superior públicas e privadas

| | | | |
|---|---|---|---|
| **TEMPO PARA DEDICAÇÃO AOS ESTUDOS** | Autodisciplina | Responsabilidades | Dificuldade de conciliar estudos e trabalho |
| **QUESTÕES PESSOAIS** | Problemas de saúde de familiares | Responsabilidades pessoais | |
| **DESINTERESSE E DIFICULDADE DE ADAPTAÇÃO** | Baixa interação entre alunos e professores | Falta de familiaridade com o AVA | Exigências maiores do que o esperado |
| **RECURSOS FINANCEIROS/DIFICULDADES SOCIOECONÔMICAS** | Acesso á materiais de estudo e tecnologias | Investimento em equipamentos e transporte | Alunos em vulnerabilidade socioeconômica |
| **FALTA DE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL/ PERMANÊNCIA** | A ausência de auxílios financeiros para alunos da EaD | Falta de suporte financeiro | |

Fonte: Filho e Silva (2014); Santos e Nascimento (2021).
Org.: Elaboração própria, 2025.

Os autores Silva e Sampaio (2022) identificam os padrões de avaliação de políticas públicas de assistência e permanência estudantil na educação superior no

contexto brasileiro por meio de avaliação sistemática de dados. Eles constatam que a maioria dos estudos indicam que há uma relação positiva entre o recebimento de auxílios financeiros e o desempenho acadêmico dos estudantes. Esses benefícios podem se refletir em uma maior taxa de permanência nos cursos, aumento no número de formandos ou até mesmo em uma redução do tempo necessário para concluir a graduação.

O Artigo 206 da Constituição Federal de 1988 considera que o direito à educação perpassa pelas políticas de permanência. Apesar da importância de políticas dessa natureza para estudantes em EAD, esses estudos não abarcam o público da educação a distância especialmente porque as políticas ainda são incipientes.

Portanto, para que o direito de acesso à educação seja assegurado a partir de oferta de condições que permitam a permanência dos alunos no ambiente educacional é decisivo considerar as diferenças estruturais entre instituições públicas e privadas. Ao mesmo tempo deve-se promover a responsabilização de cada ente não só na oferta de cursos de educação a distância, mas também na permanência dos estudantes durante a formação, considerando que inclusive as instituições privadas também recebem recursos públicos, principalmente via PROUNI.

Considerando que as instituições públicas de ensino superior como braços diretos do Estado e sua responsabilidade em materializar o princípio constitucional da igualdade de condições para a permanência, indo além do acesso, elas empreendem um papel central em programas que visem a implementação de políticas de assistência estudantil universais e integrais. Para que isso ocorra efetivamente, há uma demanda por políticas públicas específicas destinadas a estudantes de regiões prioritárias, onde a educação a distância, por mais insuficiente que seja, tem sido a única forma de acesso à formação superior.

Especialmente na PNAES, aqui discutida, se prevê o auxílio financeiro, mas também suporte psicossocial, de saúde, alimentação e moradia. Desta forma, defende-se que as instituições de ensino superior públicas podem ser pioneiras na inclusão da modalidade EAD. Mas, para isso, é necessário desenvolver e testar metodologias de acolhimento específicas que combatam os desafios como as dificuldades de adaptação e de recursos financeiros, servindo de referência. Portanto, não se deve negar a responsabilidade Estatal em garantir a permanência como um direito social, com financiamento específico e políticas institucionalizadas que assegurem a conclusão do curso pelos alunos admitidos, independentemente de sua origem ou vulnerabilidade.

As instituições de ensino superior privadas, dado o maior quantitativo de matrículas na educação a distância e sua intensa ampliação nos últimos anos, apontado neste trabalho, também deve assumir responsabilidades frente à permanência dos estudantes. Ao invés disso, predomina a expansão de um modelo mercantil em suas operações, com enfoque na busca predatória por matrículas e ofertas de novos cursos. Posto que, recentemente o Ministério da Educação publicou a Portaria MEC nº 506/2025 que regulamenta o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025 com as regras para a oferta de cursos superiores a distância, definindo os requisitos para profissionais, atividades, avaliações, materiais didáticos, plataformas digitais e polos de apoio presencial, sob fortes debates e pressões das instituições privadas para manutenção e ampliação de cursos.

## Da expansão à permanência: desafios da formação de professores de Geografia

Discutindo sobre os desafios da instrução e da educação nos tempos da globalização, Santos (1998) demonstrava preocupação com a formação crítica para que os cidadãos realmente se conscientizem da cidadania, não sendo apenas consumidores ou que busquem pelo conhecimento como um fazer técnico, utilitário e deixem de lado a constituição do pensamento. Essa certamente é uma das questões mais desafiadoras do ensino superior no período atual, sobremaneira pela força expressiva do capital privado no âmbito da EAD, como nos cursos de Geografia, conforme já apontado.

É relevante destacar como a expansão dos cursos EAD em Geografia tem implicações diretas na formação de professores na área, especialmente pela preponderância de cursos de licenciatura funcionando nessa modalidade de ensino, estando voltados para a formação de futuros docentes. Deste modo, além de investigar os desafios da permanência na EAD, é relevante considerar como essa dinâmica afeta a formação de professores de Geografia, dado que a maioria dos cursos nessa modalidade são licenciaturas em comparação aos cursos de bacharelado. A evasão e a ociosidade de vagas no ensino superior podem ter um efeito na educação básica, diminuindo o número de docentes com formação específica, comprometendo a qualidade do ensino de Geografia na educação básica e não atendendo as determinações de formação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Em 2025 foi lançado pelo Governo Federal o programa "Pé-de-Meia Licenciaturas" que visa incentivar o ingresso em cursos de formação de professores com

base no bom desempenho dos ingressantes em cursos de licenciatura no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) via SISU, PROUNI ou FIES Social que tenham atingido pelo menos 650 pontos no exame. O incentivo atende cursos presenciais de licenciatura em universidades públicas, possibilitando a permanência e a conclusão das graduações. Para ter acesso ao valor integral de R$ 1.050,00, os alunos devem ingressar como professores da rede estadual em um período de cinco anos. Contudo, recebem mensalmente o valor de 700 reais e os outros 350 ficam reservados como poupança. Para a manutenção do benefício os licenciandos devem apresentar um bom desempenho acadêmico cumprindo os créditos e resultados satisfatórios (BRASIL, 2025a; 2025b). Dessa forma, o programa buscará incentivar os estudantes de licenciatura a seguir na carreira como professoras/es e estimular o ingresso de novos profissionais na rede pública.

Mesmo com outras políticas de incentivo à docência, como o Programa Nacional de Bolsas de Incentivo à Docência (PIBID), que integra a Política Nacional de Formação de Professores do MEC desde o ano de 2007, o Brasil enfrenta desafios para atrair os estudantes com as maiores notas no SISU para a carreira docente. Conforme o novo programa lançado, a nota média de corte do ENEM para ingresso em cursos de Licenciatura pelo SISU é de 572, valor significativamente inferior às notas de corte dos cursos de Direito (637) e Medicina (753), por exemplo (Brasil, 2025). Entre os alunos que ingressaram em licenciaturas entre 2018 e 2021, a maioria obteve notas abaixo de 600 (SESU/MEC, 2023).

Além disso, a taxa de desistência acumulada nos cursos de licenciatura é alarmante, variando de 53% em Pedagogia a 73% em Física (INEP, 2023). Outro dado preocupante é que apenas 3% dos estudantes de 15 anos manifestam interesse em seguir a profissão de professor, segundo o *Programme for International Student Assessment* (PISA) (OCDE, 2015). Esses estudantes também apresentam desempenho inferior à média nacional no exame, o que reforça a necessidade de políticas para valorizar e melhorar a atratividade da carreira docente no país.

O INEP (2025) possui dados abertos sobre os resultados do Censo da Educação Superior, abordando tanto as instituições de graduação quanto os alunos e docentes que fazem parte do sistema. Por meio dos dados de alunos concluintes em cursos de graduação em licenciatura foi obtido o Gráfico 2. Segundo os dados de 2013 a 2023, analisando assim um período de 10 anos, nota-se que o número de alunos formados em cursos presenciais diminuiu, enquanto o de alunos graduados na modalidade EAD aumentou. Indicando que a maior parte dos professores formados desde 2019 são provenientes de cursos a distância.

Gráfico 2 - Alunos concluintes de graduação em Licenciatura (2013-2023)



Fonte: Brasil (2025). Org.: Elaboração própria, 2025.

O Gráfico 2 reforça a necessidade de investimentos em programas voltados para a permanência dos alunos em cursos EAD. Destacando a potencialidade dessa modalidade de formação acadêmica na licenciatura e o impacto dela na formação de mais da metade dos professores nos anos de 2019 a 2023.

## Principais reflexões sobre o tema

A oferta de ensino superior EAD em geografia apresentou um aumento considerável a partir de 2016, segundo dados abertos do MEC (Brasil, 2024). Contudo, a permanência dos alunos nessa modalidade de graduação não é incentivada pela federação como demonstrado no texto. Há uma ausência de programas com foco no ensino a distância e no fornecimento de meios para que o aluno permaneça e conclua o curso.

A expansão da EAD em Geografia ocorreu majoritariamente no setor privado, apresentando desafios estruturais como a ausência de políticas institucionais de permanência e dificuldades de suporte acadêmico aos estudantes. O artigo incentiva a pesquisa acadêmica para a aquisição de dados primários sobre a permanência dos

alunos e novas formulações de políticas de permanência para a formação de profissionais na área da geografia.

Os resultados deste estudo evidenciam que os desafios da permanência na EAD não afetam apenas os estudantes, mas têm um impacto mais amplo na formação de professores de Geografia. A evasão em cursos de licenciatura pode comprometer a disponibilidade de docentes presentes para a educação básica, tornando essencial a implementação de políticas institucionais que apresentam suporte pedagógico, maiores incentivos à prática docente e melhores condições de ensino também para os licenciados na modalidade EAD.

Os novos programas federais de incentivo à formação de professores não contemplam as licenciaturas a distância. De modo que, os alunos do EAD não podem concorrer a benefícios como o "Pé-de-meia Licenciaturas", demonstrando desigualdade de incentivo à permanência entre as formações presenciais e virtuais. Inclusive por isso não é aleatório que a Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância (ABE-EAD) tenha solicitado a inclusão da modalidade EAD no programa ao Supremo Tribunal Federal (STF), destacando a necessidade de isonomia (UOL Notícias, 2025).

Portanto, o presente artigo traz reflexões e pontos atuais sobre os cursos a distância de licenciatura, abordando questões como o incentivo à permanência e meios de combater a evasão por meio de programas governamentais, visando incentivar novos estudos sobre as soluções e os desafios estruturais para a formação de professores.

## Referências

UOL. Associação pede que STF mande governo incluir alunos EAD em bolsa. **UOL Notícias**, 22 jan. 2025. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/01/22/associacao-pede-que-stf-mande-governo-incluir-alunos-ead-em-bolsa-para-licenciaturas.htm. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRANCO, Lilian Soares Alves; CONTE, Elaine; HABOWSKI, Adilson Cristiano. Evasão na educação a distância: pontos e contrapontos à problemática. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, n. 25, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/MHWXpfQMQ4jGQzR7TBrMXxN/. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Ensino Superior e-MEC**. 2024. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/. Acesso em: 07 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2023***:* resumo técnico. Brasília: MEC/INEP, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados. Acesso em: 30 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-

de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior. Acesso em: 27 mar. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, 20 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 30 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 03 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). **Diário Oficial da União**, 14 de julho de 2024. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14914-3-julho-2024-795887-publicacaooriginal-172283-pl.html. Acesso em: 30 dez. 2024.

BRASIL. **Pé-de-meia Licenciaturas**: veja próximos passos para aprovação. CAPES, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/pe-de-meia-licenciaturas-veja-proximos-passos-para-aprovados. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013. Cria o Programa Bolsa Permanência (PBP) no âmbito do Ministério da Educação. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 mai. 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/programas-e-acoes/programa-bolsa-permanencia. Acesso em: 30 dez. 2024.

BRASIL. Portaria MEC nº 1.999, de 12 de novembro de 2023. Atualiza as normas do Programa Bolsa Permanência (PBP) e amplia os critérios de elegibilidade. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, 13 nov. 2023. Disponível em: https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2023/11/portaria-n1999-10-novembro-2023.pdf. Acesso em: 30 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm. Acesso em: 30 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 25 de janeiro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para atualizar as regras sobre o sistema de cotas nas instituições federais de educação superior. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em: 30 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. ReUni Digital. **Panorama da EAD no Brasil**. Brasília, 2022. v. 2. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/reunidigital/pdf/reuni-digital-volume_02_17-05-2022.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Ofício-Circular nº 68/2022/GAB/SETEC/SETEC-MEC**, 26 mai. 2022. Brasília, DF: MEC, 2022. Disponível em: https://intranet.cefet-rj.br/attachments/article/7138/SEI_MEC. Acesso em: 30 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Formação de Professores. **Pé-de-Meia Licenciaturas**: veja os próximos passos para aprovação. Brasília, DF: MEC, 2025a. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/pe-de-meia-licenciaturas-veja-proximos-passos-para-aprovados. Acesso em: 02 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Mais Professores. **Pé-de-Meia Licenciaturas**. Brasília, DF: MEC, 2025b. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/mais-professores/pe-de-meia-licenciaturas. Acesso em: 02 mar. 2025.

CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Diagnóstico e desafios para a expansão da EaD no Brasil. Expansão EAD IES Públicas**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2021. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/4636.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

FERREIRA, Marcello; RAMOS, Wilsa Maria; VELOSO, Braian Garrito. Qualidade na EAD na perspectiva ecossistêmica. **Educação & Sociedade**, v. 45, p. 67-87, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/zK8MJTVJV4zBRJ34TnXnDXM/?lang=pt. Acesso em: 11 mar. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIROTTO, Eduardo Donizeti. Educação à distância e formação docente em geografia: um olhar a partir da geografia da educação. **Revista da ANPEGE**, v. 20, n. 41, p. 1–36, 2024. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/17861. Acesso em: 14 jan. 2025.

HAAS, Celia Maria; NEVES, Lidiane Moutinho; STANDER, Marcus Danilo de Paula. As políticas brasileiras para a Educação Superior a Distância: desafios da expansão. **Revista História da Educação Latinoamericana**, Tunja, v. 21, n. 32, p. 193-226, 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-72382019000100193&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 jan. 2025.

LIMA NETO, João Carlos; SILVA, Juliana Gomes da. Formação de Professores em Geografia no Contexto da Expansão da Modalidade de Educação à Distância. **Revista Educação Geográfica em Foco**, v. 8, n. 14, 2023. Disponível em: https://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaeducacaogeograficaemfoco/article/view/1890. Acesso em: 14 jan. 2025.

MOORE, Michael G. Teoria da Distância Transacional. In: KEEGAN, D. Theoretical Principles of Distance Education. London: Routledge, 1993. p. 22-38. Tradução de Wilson Azevêdo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, São Paulo, 2002. Disponível em: https://abed.emnuvens.com.br/RBAAD/article/download/111/17/414. Acesso: 30 dez. 2024.

LEMOS, Linovaldo Miranda. O trabalho de campo como experiência educativa em geografia. **Geographia**, v. 23, n. 50, p. 1-18, 2021. http://dx.doi.org/10.22409/geographia2021.v23i50.a41079. Acesso em: 19 mar. 2025.

LIMA, Manolita C.; CONTEL, Fabio B. **Internacionalização da educação superior**: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento. São Paulo: Alameda, 2011.

NASCIMENTO, Camila Figueiredo; SANTOS, Maria Emanuela Esteves dos. Evasão e a permanência sob a ótica discente: o que os alunos apontam como fatores influentes na desistência e na conclusão do curso de Pedagogia na modalidade EAD. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 20, n. 1, 2021. Disponível em: https://abed.emnuvens.com.br/RBAAD/article/view/431/356 Acesso em: 19 mar. 2025.

OECD. **Programme for International Student Assessment (PISA): Results from PISA 2015**. Paris: OECD Publishing, 2015. Disponível em: https://www.oecd.org/pisa. Acesso em: 20 mar. 2025.

PIERRO, Bruno de. Para além da sala de aula. **Revista Pesquisa Fapesp**, São Paulo, v. 1, n. 292, p. 82-87, jun. 2020. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/para-alem-da-sala/. Acesso em: 15 jan. 2025.

REVISTA FAPESP. De casa, pelo computador: pesquisa investiga técnicas de ensino a distância para comprovar resultados e disseminar seu uso. **Revista Fapesp**, São Paulo, v. 1, n. 74, p. 88-89, 2002. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/de-casa-pelo-computador/. Acesso em: 15 jan. 2025.

SANSOLO, Davis Gruber. O trabalho de campo e o ensino de geografia. **GEOUSP: espaço e tempo.** v. 4, n. 1, p. 135–145, 2000. Disponível em: https://revistas.usp.br/geousp/article/view/123409. Acesso em: 10 jan. 2026.

SANTOS, Milton. A técnica em nossos dias: a instrução e a educação. **Cadernos da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, v. 1, n. 1, out, 1998.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000.

SANTOS, Milton: SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Jacqueline Lima da; SILVA FILHO, Juvenal Carolino da. Os Cursos de Química Licenciatura da UFS: um breve panorama com aspectos importantes. **Scientia Plena**, v. 10, n. 8, 2014. Disponível em: https://scientiaplena.org.br/sp/article/view/2005. Acesso em: 19 mar. 2025.

SILVA, Polyana Tenório de Freitas; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, v. 56, n. 5, p. 603-631, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/XcTGnqJTkq9wdJZZ4PpwqFd/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 03 fev. 2025.

TINTO, Vincent. Dropout from higher education: A theoretical synthesis of recent research. **Review of Educational Research**, v. 45, n. 1, p. 89–125, 1975.

Recebido em 9 de abril de 2025.

Aceito para publicação em 24 de janeiro de 2026.